

Parecer nº 185/99

Data: 1999.11.03

Processo nº 753

Requerente: VICTORIA – Seguros, SA.

I - O pedido

A empresa de seguros VICTORIA veio requerer parecer favorável para acesso a dados clínicos – “cópias do dossier referente à urgência nomeadamente o resultado do exame de despiste de alcoolémia, bem como do internamento do sinistrado, no Hospital Distrital de Portimão, devido ao acidente de viação que sofreu em 24 de Abril de 1998, pelas 6 horas” – do seu segurado Vítor José Gonçalves Rodrigues, titular do contrato de seguro de acidentes pessoais – Invest com a apólice nº 30722237.

A fundamentar esse pedido a requerente alega que necessita daqueles dados clínicos para realizar o processo de sinistro nº 9819488 com a referida pessoa segura.

II - O Direito

1. A Lei nº 65/93, de 26 de Agosto – Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho, permite que terceiros tenham acesso a documentos nominativos (em rigor, aos dados pessoais neles contidos – cf. seus artigos 4º, nº 1, e 7º, nº 6), desde que satisfaçam as seguintes condições:

- Demonstrem interesse directo, pessoal e legítimo (artigo 8º, nº 2);

- A invocação desse interesse seja acompanhada de parecer favorável da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) artigos 15º, nº 2, e 20º, nº 1, alínea c) ;

Assim, um terceiro só pode ter acesso a dados pessoais se para tanto fizer previamente perante a CADA (directamente ou por intermédio da entidade administrativa detentora desses dados) prova do seu interesse directo, pessoal e legítimo – cf. artigos 8º, nº 2, 15º, nº 2, e 20º, nº 1 alínea c), da LADA, na redacção da citada Lei nº 94/99. Isso implica que:

- a) Seja bem explicada a finalidade a atingir;
 - b) A CADA reconheça que essa finalidade justifica, no caso, a quebra da privacidade;
 - c) Só seja facultado o acesso aos dados estritamente necessários à prossecução dessa finalidade.
2. Como vimos, a empresa requerente pretende que lhe sejam transmitidos os dados existentes no processo aberto com a entrada do referido Vítor José Gonçalves Rodrigues nos serviços de urgência do Hospital Distrital de Portimão (designadamente os atinentes ao resultado do exame de despiste de alcoolémia e ao seu internamento) em consequência de ter sofrido um acidente de viação. Ora a obtenção dessa informação implica o acesso a dados pessoais (abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada), de terceiro, cuja privacidade merece ser valorizada acima do interesse que a seguradora invoca no sentido de os conhecer.

Aliás, o direito de acesso aos documentos administrativos, consagrado no artigo 268º, nº 2, da Constituição da República Portuguesa e na LADA, justifica-se pelo objectivo da maior transparência possível da actividade da Administração Pública e da vantagem em ela poder ser fiscalizada por qualquer cidadão. E o acesso assim pretendido pela empresa seguradora não se enquadra em tais objectivos legais.

III - Conclusão

O parecer da CADA é de que a VICTORIA – Seguros, SA não demonstra possuir um interesse directo, pessoal e legítimo para obter o pretendido acesso aos referidos dados pessoais de Vítor José Gonçalves Rodrigues.

Envie-se cópia do presente parecer à empresa requerente.

Aprovado na sessão da CADA de 3 de Novembro de 1999.

Castro Martins (Presidente) – José Magalhães – Vasco Almeida – João Figueiredo – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra